



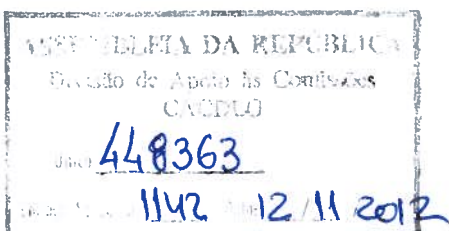
MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA



# ORÇAMENTO

# ADMINISTRAÇÃO INTERNA

# 2013





**MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA**

**D**efesa dos Cidadãos

**E**stabilidade Social



## **ÍNDICE**

	<b>Página</b>
<b>1. Políticas Orçamentais da Administração Interna</b>	<b>2</b>
<b>2. Análise da Proposta de Orçamento</b>	<b>7</b>
<b>3. Medidas Operacionais para 2013</b>	<b>9</b>
<i>a) Gabinetes Governamentais e Serviços Centrais</i>	<b>9</b>
<i>b) Serviços de Investigação e Forças de Segurança</i>	<b>9</b>
<i>c) Serviços de Proteção Civil e Segurança Rodoviária</i>	<b>11</b>
<b>ANEXOS – MAPAS ORÇAMENTAIS</b>	<b>12</b>



## 1. POLÍTICAS ORÇAMENTAIS DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Constituindo a segurança interna um dos pilares essenciais do desenvolvimento das atividades económicas e sociais em democracia, o Governo continua a apostar no seu reforço, através da promoção da defesa dos cidadãos e da estabilidade e paz sociais.

Esta linha orientadora de política da Administração Interna para o ano de 2013 assenta, na adoção de um exigente conjunto de medidas estratégicas e estruturais de médio e longo prazo que permitam enquadrar o processo de consolidação orçamental e assegurar, dessa forma, o cumprimento dos objetivos do Governo.

A implementação sustentável desta estratégia implica a concretização de uma transformação estrutural, em que a definição clara das linhas de atuação sectoriais e a partilha de informação e de conhecimento potenciem a criação de economias de escala e garantam ganhos de eficiência, pelo que foram definidas um conjunto de medidas a aplicar ou a iniciar já em 2013:





## MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

- **APLICAÇÃO INTEGRAL DOS ESTATUTOS DO PESSOAL DAS FORÇAS DE SEGURANÇA** – Embora aprovados em outubro de 2009, só no ano de 2013 o orçamento do Ministério da Administração Interna vem garantir a normalidade na aplicação dos estatutos do pessoal das forças de segurança, para o que as dotações do MAI, em despesas com o pessoal, foram reforçadas em 57 milhões de euros. Este reforço foi conseguido graças ao cumprimento das metas de execução orçamental fixadas para 2012 e finalizar o processo de reposicionamento nas novas tabelas remuneratórias, iniciado a 1 de janeiro de 2010;
- **VIABILIZAÇÃO DAS PROMOÇÕES FUNCIONAIS** necessárias à manutenção da hierarquia e funções próprias a cada posto ou categoria, de acordo com as qualificações técnicas e capacidades pessoais do pessoal das Forças de Segurança;
- **INVESTIMENTO NA MELHORIA DAS INFRAESTRUTURAS E REFORÇO DOS EQUIPAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA** – A concretizar através de um maior empenhamento dos organismos da Administração Interna, em parceria com a Administração Local, com recurso, sempre que viável, aos instrumentos financeiros comunitários, procurando-se alavancar neste esforço, os escassos recursos nacionais;





- PARTILHA NA UTILIZAÇÃO DE MEIOS AÉREOS DO MAI - com vista à obtenção de economias de escala, partilhando esses meios com a emergência médica e, conseguindo-se, assim, poupanças com a oferta dos serviços de proteção civil e de emergência médica aos cidadãos;



- DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO CIVIL – Através da elaboração de cartas de risco intermunicipais permitindo uma evolução do dispositivo em função da prevenção de riscos. Será ainda revisto o modelo de financiamento das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários através do Programa Permanente de Cooperação (PPC);
- CONSOLIDAÇÃO DAS ÁREAS DE *BACK OFFICE* DO MAI – Através da transferência e concentração em organismos do MAI especializados, de um conjunto de atividades transversais libertando os demais organismos, nomeadamente as forças de segurança, para se focarem nas suas funções primordiais. Enquadram-se nesta orientação estratégica um conjunto de



## MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

serviços de *back office* nas áreas da informática, das telecomunicações e das infraestruturas;



- **CONCRETIZAÇÃO DA REFORMA DOS SISTEMAS DE SAÚDE DAS FORÇAS DE SEGURANÇA** – Continuar a garantir um apoio de qualidade aos seus utentes, assegurando ganhos de eficiência pela redução de custos resultante de processos de partilha e convergência de procedimentos e recursos dos subsistemas de saúde das Forças de Segurança com o regime convencionado da ADSE e com o Sistema Nacional de Saúde.

Para além destas medidas de curto ou médio prazo, o MAI irá por em marcha, no ano de 2013, as seguintes medidas operacionais:

- **REORGANIZAÇÃO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA** - garantindo a médio prazo a simplificação e racionalização de processos, a contenção da despesa e a maximização dos recursos disponíveis com vista ao aumento da sua capacidade operativa; Neste contexto serão revistos os diplomas orgânicos e estatutários da Polícia de Segurança Pública e da Guarda Nacional Republicana, por forma a introduzir mecanismos mais flexíveis e que





## **MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA**

incrementem a eficiência e a eficácia dos recursos disponíveis;

- **MELHORIA DA SEGURANÇA RODOVIÁRIA** – Através da prevenção e fiscalização seletiva dos comportamentos de risco e a melhoria contínua dos indicadores de sinistralidade rodoviária, quer pela avaliação dos sistemas existentes, quer pela dinamização da cooperação com instituições da sociedade civil;





## **2. ANÁLISE DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO**

O orçamento do Ministério da Administração Interna (MAI) para 2013, num total de cerca de 2.187 M€ (englobando todas as Fontes de Financiamento), ajusta-se ao modelo estrutural decorrente da nova orgânica do MAI, dotando as Forças e Serviços de Segurança, de Proteção Civil e Segurança Rodoviária, dos recursos financeiros necessários à prossecução das suas atividades. Este orçamento assegura, no que respeita às Forças de Segurança, a conclusão do processo de reposicionamento nas novas tabelas remuneratórias dos militares da GNR e elementos policiais da PSP, e as dotações previstas para as forças de segurança assegurarem a concretização das promoções funcionais necessárias à manutenção da hierarquia e funções próprias a cada posto ou categoria, de acordo com as qualificações técnicas e capacidades pessoais dos militares da GNR e elementos policiais da PSP.

O orçamento de Funcionamento (2.090,6 M€) corresponde a 95,6 % do orçamento global, sendo que as Receitas Gerais (1.738,9 M€) correspondem a 83,2 % do orçamento global, apresentando um incremento de 10,4 % relativamente a 2012, dados os motivos referidos anteriormente e a reposição de um subsídio.





# MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Verificam-se ligeiros decréscimos de 2 % nas Receitas Próprias (313,3 M€) e de 2,2 % dos Fundos Comunitários (6,6 M€), quando comparados com 2012, traduzindo-se num acréscimo global do orçamento de Funcionamento de 8,1%.

No que se refere aos Investimentos, o decréscimo de 4,5 % verificado relativamente a 2012 (96,2 M€, em 2013 vs 100,8 M€, em 2012), é explicado, pela requalificação de infraestruturas e equipamentos da administração interna ter uma maior participação da Administração Local.

DOTAÇÃO INICIAL 2013 - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DO MAI

Unid: M€

PROJETOS	RECEITAS GERAIS	FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO	TOTAL
<b>SGMAI</b>	<b>0,3</b>	<b>0,4</b>	<b>0,7</b>
Os Governos Cívicos de Portugal, História e Memória	0,3	0,4	0,7
<b>DGAI</b>	<b>0,1</b>	<b>0,7</b>	<b>0,8</b>
Assistência Técnica do PO Temático Valorização do Território	0,1	0,7	0,8
<b>DGIE</b>	<b>86,9</b>	<b>4,7</b>	<b>91,6</b>
Instalações para os Serviços do MAI	3,0		3,0
Instalações de Cobertura Territorial	18,7		18,7
Armamento e Equipamento Individual	3,0		3,0
STIC-Equipamento de Informática e de Comunicações das Forças de Segurança	4,2		4,2
SIVICC-Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo da Costa Portuguesa-Fase I,II,III-Financ. Adic.	1,9		1,9
SIVICC-Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo da Costa Portuguesa-Fase I,II,III	2,5	1,9	4,4
SIVICC-Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo da Costa Portuguesa-Fase IV-Financ. Adic.	2,5		2,5
Projeto a Candidatar ao QREN-SIVICC Fase IV	0,9	2,8	3,8
Veículos	3,5		3,5
Comunicações de Segurança e Emergência	46,7		46,7
<b>ANPC</b>	<b>0,5</b>	<b>2,7</b>	<b>3,2</b>
Recenseamento Nacional dos Bombeiros Portugueses	0,1	0,3	0,3
Reforço da Infraestrutura Tecnológica CNOS/CDOS	0,1	0,3	0,4
Capacidade de Intervenção Operacional	0,0	0,2	0,3
Constituição da Reserva Nacional de Emergência e Equipamento Operacional de Proteção Civil	0,1	0,4	0,5
Sensibilização e Informação Pública	0,0	0,0	0,0
Construção de Instalações para Comandos Distritais de Operações de Proteção e Socorro (CDOS de Viseu/CNOS Alternativo) e URL em Almeirim	0,2	1,3	1,5
Projetos a Candidatar ao QREN	0,1	0,1	0,2
<b>TOTAL</b>	<b>87,8</b>	<b>8,4</b>	<b>96,2</b>



## 3. MEDIDAS OPERACIONAIS PARA 2013

### a) *Gabinetes Governamentais e Serviços Centrais*

- Implementação de um modelo de gestão de serviços partilhados com a criação de economias de escala.

Unid: M€

Serviço / Entidade	Orçamento de Funcionamento - Orçamento Inicial		
	2012	2013	Variação %
<b>GABINETES DOS MEMBROS DO GOVERNO</b>			
Gab. Ministro Administração Interna	1,2	1,1	-4,7
Gab. Sec. Est. Adjunto do MAI	0,8	0,8	2,6
Gab. Sec. Est. Administração Interna	0,7	0,7	0,3
<b>TOTAL</b>	<b>2,6</b>	<b>2,6</b>	<b>-1,2</b>
<b>SERVIÇOS GERAIS DE APOIO, ESTUDOS, COORDENAÇÃO, COOPERAÇÃO E CONTROLO</b>			
Secretaria-Geral do MAI	10,7	9,9	-8,1
Secretaria-Geral do MAI - Mobilidade Especial	0,3	0,3	5,7
Inspeção-Geral Administração Interna	2,4	2,5	3,1
Direção-Geral Administração Interna	4,8	5,8	21,1
Direção-Geral Infraestruturas e Equipamento	20,5	20,0	-2,1
<b>TOTAL</b>	<b>38,7</b>	<b>38,5</b>	<b>-0,6</b>

O aumento do orçamento da DGAI reflete a incorporação da EMGFC

### b) *Serviços de Investigação e Forças de Segurança*

- Reorganização interna das Forças e Serviços de Segurança, com vista à melhoria da eficiência operacional, reformando a GNR para que com os mesmos recursos seja operacionalmente muito mais eficiente e procedendo-se a uma reorganização profunda da PSP;
- Reposicionamento remuneratório parcial decorrente da entrada em vigor da nova tabela em Janeiro de 2010 e suspensão da sua aplicação que ocorreu em Outubro de 2010, e foi confirmada com o Orçamento de



## MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Estado para 2011, terminando com distorções graves de remunerações diferenciadas para as mesmas categorias profissionais, de forma a garantir a coesão e disciplina nas forças de segurança;

- Reforço da cooperação entre as forças e serviços de segurança, incentivando a partilha de informações;
- Consolidação dos esforços de construção, remodelação e conclusão de instalações e infraestruturas das forças de segurança, com o objectivo de melhorar as condições de trabalho proporcionando meios acrescidos de funcionamento, com eficácia e eficiência financeira; e
- Reorganização da estrutura do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, com supressão de 12 cargos dirigentes, sem perder de vista a operacionalidade.

Unid: M€

Serviço / Entidade	Orçamento de Funcionamento - Orçamento Inicial		
	2012	2013	Varição %
<b>SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO E FORÇAS DE SEGURANÇA</b>			
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	85,0	84,1	-1,0
Polícia de Segurança Pública	703,7	796,9	13,2
Guarda Nacional Republicana	853,6	937,9	9,9
<b>TOTAL</b>	<b>1.642,3</b>	<b>1.819,0</b>	<b>10,8</b>





## MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

### c) *Serviços de Proteção Civil e Segurança Rodoviária*

- Dinamização da interoperabilidade nos domínios da emergência e segurança;
- Avaliação do dispositivo disponível para o desempenho dos corpos de bombeiros;
- Incentivo ao desenvolvimento de Cartas de Risco dos Municípios;
- Reorganização da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária com actualização da legislação e incremento da fiscalização no quadro contraordenacional de forma a reduzir significativamente a caducidade das contraordenações rodoviárias;
- Melhoria contínua dos indicadores de sinistralidade rodoviária;
- Avaliação dos sistemas existentes;
- Dinamização da cooperação com instituições da sociedade civil.



Unid: M€

Serviço / Entidade	Orçamento de Funcionamento - Orçamento Inicial		
	2012	2013	Variação %
<b>SERVIÇOS DE PROTEÇÃO CIVIL E SEGURANÇA RODOVIÁRIA</b>			
Autoridade Nacional de Proteção Civil	127,1	124,3	-2,2
Empresa de Meios Aéreos	58,3	44,2	-24,2
Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	39,7	36,3	-8,5
<b>TOTAL</b>	<b>225,0</b>	<b>204,8</b>	<b>-9,0</b>



# **ANEXOS**



# MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

**Quadro 1 - Proposta de Orçamento do MAI para 2013 por Agrupamento de Despesas**

*Unid: euros*

<b>AGRUPAMENTO DAS DESPESAS</b>	<b>ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO</b>	<b>ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO</b>	<b>TOTAL</b>
DESPESAS COM O PESSOAL	1.621.944.961	1.593.112	<b>1.623.538.073</b>
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	266.476.922	49.244.897	<b>315.721.819</b>
JUROS E OUTROS ENCARGOS	144.811	0	<b>144.811</b>
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	85.354.479	0	<b>85.354.479</b>
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	56.211.498	2.194.468	<b>58.405.966</b>
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	35.517.320	39.275.334	<b>74.792.654</b>
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	298.803	3.913.973	<b>4.212.776</b>
ACTIVOS FINANCEIROS	8.655.000	0	<b>8.655.000</b>
PASSIVOS FINANCEIROS	16.002.500	0	<b>16.002.500</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2.090.606.294</b>	<b>96.221.784</b>	<b>2.186.828.078</b>



# MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Quadro 2 - Proposta de Orçamento do MAI para 2013 por Entidades

ENTIDADES	DOTAÇÃO INICIAL 2012		DOTAÇÃO INICIAL 2013				TOTAL	Variação	
	RECEITAS GERAIS	TOTAL	RECEITAS GERAIS	RECEITAS PRÓPRIAS	TRANSFERÊNCIAS AP	FUNDOS COMUNITÁRIOS		2013/2012	Receitas Gerais
	1	2	3	4	5	6	7	3/1	7/2
GMAI	1.154.955	1.154.955	1.101.010				1.101.010	-4,67%	-4,67%
GSEAMAI	758.566	758.566	778.258				778.258	2,60%	2,60%
GSEAI	721.689	721.689	723.958				723.958	0,31%	0,31%
SGMAI	10.051.559	13.605.719	9.439.335	668.450		406.253	10.514.038	-6,09%	-22,72%
Funcionamento	9.777.798	10.736.103	9.178.499	668.450		15.000	9.861.949	-6,13%	-8,14%
Investimento	273.761	2.869.616	260.836			391.253	652.089	-4,72%	-77,28%
SGMAI-SME	291.524	291.524	308.124				308.124	5,69%	5,69%
IGAI	2.427.868	2.427.868	2.502.349	200			2.502.549	3,07%	3,08%
DGAI	4.132.028	4.765.758	4.969.467	402.791		1.179.973	6.552.231	20,27%	37,49%
Funcionamento	4.132.028	4.765.758	4.891.284	402.791		475.496	5.769.571	18,37%	21,06%
Investimento			78.183			704.477	782.660		
DGIE	111.821.523	118.392.972	106.931.738			4.692.850	111.624.588	-4,37%	-5,72%
Funcionamento	20.467.470	20.467.470	20.029.906				20.029.906	-2,14%	-2,14%
Investimento	91.354.053	97.925.502	86.901.832			4.692.850	91.594.682	-4,87%	-6,46%
ANPC	78.929.672	127.071.232	76.728.010	47.350.000	250.000	3.184.530	127.512.540	-2,79%	0,35%
Funcionamento	78.929.672	127.071.232	76.190.187	47.350.000	250.000	530.000	124.320.187	-3,47%	-2,16%
Investimento			537.823			2.654.530	3.192.353		
EMA		58.270.525	44.179.720				44.179.720	-24,18%	
ANSR		39.690.899	35.011.178			1.300.687	36.311.865	-8,51%	
SEF	30.533.117	84.971.461	31.197.407	37.689.950	13.907.876	1.350.000	84.145.233	2,18%	-0,97%
PSP	625.482.254	703.713.850	708.457.267	76.053.320	10.643.382	1.788.626	796.942.595	13,27%	13,25%
SSPSP		6.813.046	7.160.786				7.160.786		5,10%
CPPSP		948.693	949.603				949.603		0,10%
GNR	801.177.870	853.617.221	883.539.294	46.273.360	6.946.411	1.158.199	937.917.264	10,28%	9,88%
SSG NR		17.122.107					17.603.716		2,81%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.667.482.625</b>	<b>2.034.338.085</b>	<b>1.826.676.217</b>	<b>313.343.074</b>	<b>31.747.669</b>	<b>15.061.118</b>	<b>2.186.828.078</b>	<b>9,55%</b>	<b>7,50%</b>
Funcionamento	1.575.854.811	1.933.542.967	1.738.897.543	313.343.074	31.747.669	6.618.008	2.090.606.294	10,35%	8,12%
Investimento	91.627.814	100.795.118	87.778.674			8.443.110	96.221.784	-4,20%	-4,54%

## PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2013





# MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

**Quadro 3 - Proposta de Orçamento com o Pessoal das Forças de Segurança por fontes de financiamento**

*Unid: euros*

<b>FONTES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>GNR</b>	<b>PSP</b>	<b>TOTAL</b>
RECEITAS GERAIS	810.594.821	663.783.425	<b>1.474.378.246</b>
RECEITAS PRÓPRIAS	21.915.049	47.055.871	<b>68.970.920</b>
RESTANTES FONTES	53.950	497.877	<b>551.827</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>832.563.620</b>	<b>711.337.173</b>	<b>1.543.900.793</b>